



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 17ª (décima sétima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/4181/2017, 1/1318/2015, 1/4078/2017, 1/2222/2018, 1/3895/2017 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho, foram aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 16ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/571/2017 – Auto de Infração nº 1/201624782. RECORRENTE: TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e por maioria de votos dar-lhe provimento, para modificar a decisão de parcial procedência da acusação fiscal exarada em 1ª Instância e, reconhecendo a nulidade, arguida em sessão pelo conselheiro Lúcio Flávio Alves, em virtude do prazo do Termo de Intimação nº 2016.17835 que foi de cinco dias quando deveria ser de 10 dias conforme Dec. nº 31.090/2013, contudo por ser favorável ao contribuinte, para julgar **IMPROCEDENTE** a ação fiscal, com fundamento no art. 158, § único do Dec. nº 24.569/97, alterado pelo Dec. nº 32.882/2018, conforme art. 106, inc. II, alínea “a”, do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, contrária a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que votou pela parcial procedência nos termos do Parecer. A Câmara deixou de apreciar a parte controversa do restante das questionadas operações interestaduais e, a decadên-

cia parcial da infração, referente ao período de janeiro a outubro de 2011, arguida, em sessão, pelo conselheiro relator Felipe Augusto Araújo Muniz. O Presidente Francisco Wellington Ávila Pereira atentou que a Câmara deveria deliberar sobre as questões apresentadas pela parte em sua peça recursal, em virtude do contribuinte ter feito adesão ao refis pagando parcialmente o auto de infração. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Ivan Lima Verde Júnior. **Processo de Recurso Nº 1/18/2018 – Auto de Infração nº 1/201718804. RECORRENTE: CRBS S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto, e por voto de desempate da Presidência, afastar a preliminar de nulidade, suscitada pela parte, por ausência de comprovação da autuação e preterição do direito de defesa, considerando que o procedimento fiscal foi descrito no auto de infração e informações complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. Os conselheiros Lúcio Flávio Alves, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto e Alexandre Mendes de Sousa afastaram a nulidade. E os conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira votaram acatando a nulidade arguida pela recorrente. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, por recomendação do representante da Procuradoria Geral do Estado, para que, confrontando a alegação do contribuinte em seu recurso, proceda a identificação da origem dos créditos glosados pelo autuante e, se for o caso, para que sejam excluídos aqueles que são referentes ao ativo permanente e ao ICMS antecipado recolhido, bem como seja verificado junto ao contribuinte se foi realizado o devido estorno, conforme exigido pelo art. 123, II, § 5º, I, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2518/2017 – Auto de Infração nº 1/201627652. RECORRENTE: CARMAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA MADEIRA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, **em relação às preliminares de nulidade suscitadas no recurso ordinário, sob as seguintes alegações:** 1. Requisitos do mandado de Ação Fiscal – Ausência da Autoridade competente; 2. Da inobservância aos requisitos do Termo de Conclusão de Fiscalização; 3. Das notificações necessárias; 4. Da ausência regular do procedimento fiscalização; 5. Dos vícios no processo administrativo e nas Informações Complementares; 6. Dos requisitos do Auto de infração; 7. Do Princípio da Legalidade da fundamentação do Auto de Infração em norma infra legal; 8. Da garantia da ampla defesa e do contraditório e cerceamento de defesa – Afastar por unanimidade de votos, adotando-se os fundamentos constantes no Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Quanto à solicitação de conversão do feito em Perícia** – Afastada, por unanimidade de votos, não havendo necessidade, no caso sob análise, de realização de perícia, uma vez que o levantamento fiscal foi realizado nos termos da legislação vigente. **Quanto à questão suscitada de multa com efeito confiscatório** - Afastada por unanimidade de votos, em razão de que este órgão de julgamento não pode se manifestar a respeito da presente matéria, não cabendo a este Conselho analisar tal questão, vez que o controle de constitucionalidade de Lei é da exclusiva competência do Poder Judiciário. **Com relação à alegação de decadência do crédito tributário referente ao período de janeiro a novembro de 2011.** Acatada por unanimidade de votos, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN, uma vez que as Notas Fiscais foram emitidas e informadas nos livros fiscais. O representante

da Procuradoria Geral do Estado indefere o pedido de perícia, afasta a alegação da multa com efeito confiscatório e não reconhece a decadência do lançamento crédito tributário, arguidos pela parte. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, modificar a decisão condenatória exarada na instância singular e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, em razão do reconhecimento da decadência do período de janeiro a novembro de 2011. Aplicando para demais períodos a penalidade prevista no art. 123, I, “c”, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto da Conselheira relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, contrária a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1217/2017 – Auto de Infração nº 1/201627172. RECORRENTE: J F DE PAULA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Considerando o tempo necessário para análise dos processos anteriormente apreciados nesta sessão em razão da complexidade das matérias em questão, e que o processo em epígrafe demandaria bastante tempo para o relato, discussão e conclusão, e ainda em razão do adiantado da hora, o Sr. Presidente, na forma regimental, **sobrestou** o julgamento do presente processo. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 (vinte e quatro) de setembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA